

CHAMAMENTO PÚBLICO
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 005/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 048/2026

A Prefeitura Municipal de Ubaíra, através da Comissão de Contratação, designada pelo decreto nº 214 de 08 de setembro de 2025, com fundamento de validade na Lei nº 14.133/2021, promoverá Chamamento Público com vistas ao Credenciamento para **Credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços de carro de som volante e serviços de divulgação institucional, para atender às necessidades das Secretarias Municipais do Município de Ubaíra/BA, visando à divulgação de campanhas educativas, avisos oficiais, ações institucionais, eventos, programas, comunicados de utilidade pública e demais demandas administrativas de interesse público, conforme condições, especificações e exigências estabelecidas neste instrumento e no respectivo edital,** conforme condições previstas neste edital e seus anexos, bem como, no Processo Administrativo nº SMA 020/2026 - SMC 019/2026 - SME Nº 049/2026 - SMS Nº 021/2026 - SMDS Nº024/2026 - SMDS Nº021/2026.

1. RECEBIMENTO DAS SOLICITAÇÕES DE CREDENCIAMENTO

ENDEREÇO: Praça dos Três Poderes, 39, Centro, Ubaíra – Ba ou através do e-mail baseubaira@gmail.com .
PERÍODO: O recebimento das solicitações de credenciamento e da documentação ocorrerá a partir de 10 de junho de 2026.
ESCLARECIMENTOS: Pedidos de esclarecimentos poderão ser enviados para o e-mail baseubaira@gmail.com , ou pelos telefones (75) 9 8174-4725.

2. DA REGÊNCIA LEGAL E CRITÉRIO DE SELEÇÃO

- 2.1. Os procedimentos do presente CREDENCIAMENTO serão regidos pela Lei Federal nº 14.133/21 na sua atual redação, e demais normas e regulamentações aplicáveis à espécie.
- 2.2. O critério de seleção é o previsto no art. 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, ou seja, paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 3.1. Os interessados deverão atender aos procedimentos previstos neste instrumento e proceder a entrega da documentação de proposta e de habilitação exigidos neste Chamamento.
- 3.2. Não poderão participar deste Credenciamento:
 - 3.2.1. interessados que não atendam às condições deste edital e seu(s) anexo(s);
 - 3.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
 - 3.2.3. interessados que se enquadrem nas seguintes vedações:
 - a) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - b) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - c) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
 - d) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista
- 3.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

- 3.2.3.2. aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;
- 3.2.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e
- 3.3. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei Federal nº 14.133/21.
- 3.3.1. Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

4. DA DOCUMENTAÇÃO PARA O CREDENCIAMENTO

4.1. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

4.1.1 O interessado deverá instruir o requerimento com os seguintes documentos (PESSOA JURÍDICA):

- a) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br
- c) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- d) Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: decreto de autorização para funcionamento no Brasil;
- e) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- f) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz;
- g) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

4.1.2 O interessado deverá instruir o requerimento com os seguintes documentos (PESSOA FÍSICA):

- 12.1.2.1 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

4.2 HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

4.2.1 O interessado deverá instruir o requerimento com os seguintes documentos (PESSOA JURÍDICA):

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- c) prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do

Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº5.452, de 1º de maio de 1943;

- f) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- f.1) O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
- g) prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- g.1) caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na formada respectiva legislação de regência.

4.3 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

4.3.1 O interessado deverá instruir o requerimento com os seguintes documentos:

- a) Comprovação de aptidão de DESEMPENHO TÉCNICO, através de atestados ou certidões fornecidas por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante forneceu ou está fornecendo, de maneira satisfatória e a contento, os materiais de natureza e vulto similares ao objeto da presente licitação. O(s) atestado(s) deve(m) ser emitido(s) em papel timbrado do órgão/empresa de origem, com assinatura e identificação do responsável, contendo no mínimo as seguintes informações:
 - Nome, CNPJ e endereço completo do emitente;
 - Descrição do produto fornecido ou serviço prestado;
 - Nome da empresa que prestou(s) o(s) serviço (s) ou fornecimento;
 - Data de emissão;
 - Assinatura e identificação do signatário (nome e cargo ou função que exerce junto à emitente).
- a.1) Os atestados poderão ser diligenciados de acordo com o inciso I do art. 64, da Lei 14.133/21.

4.3.2 O interessado deverá instruir o requerimento com os seguintes documentos:

- a) Comprovação de aptidão de DESEMPENHO TÉCNICO, através de atestados ou certidões fornecidas por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante forneceu ou está fornecendo, de maneira satisfatória e a contento, os materiais de natureza e vulto similares ao objeto da presente licitação. O(s) atestado(s) deve(m) ser emitido(s) em papel timbrado do órgão/empresa de origem, com assinatura e identificação do responsável, contendo no mínimo as seguintes informações:
 - Nome, CNPJ e endereço completo do emitente;
 - Descrição do produto fornecido ou serviço prestado;
 - Nome da empresa que prestou(s) o(s) serviço (s) ou fornecimento;
 - Data de emissão;
 - Assinatura e identificação do signatário (nome e cargo ou função que exerce junto à emitente).
- a.1) Os atestados poderão ser diligenciados de acordo com o inciso I do art. 64, da Lei 14.133/21.
- b) Prova de regularidade relativa ao Alvará da Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal (se for o caso), emitido pelo órgão competente, conforme determina a legislação vigente.

4.4 HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

4.4.1 O interessado deverá instruir o requerimento com os seguintes documentos:

- a) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data de expedição ou revalidação dos últimos 30 (trinta) dias anteriores à data da realização da licitação, caso o documento não consigne prazo de validade.
- a.1) Na hipótese em que a certidão encaminhada for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.

4.4.2 O interessado deverá instruir o requerimento com os seguintes documentos:

- a) Certidão negativa de insolvência judicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data de

expedição ou revalidação dos últimos 30 (trinta) dias anteriores à data da realização da licitação, caso o documento não consigne prazo de validade.

5. DO PROCEDIMENTO E ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 5.1. Aberto o período para solicitações de credenciamento, os interessados entregarão, mediante recibo, toda a documentação de habilitação prevista no Item 4, em um único envelope devidamente lacrado e identificado.
- 5.2. A análise dos documentos de habilitação será realizada pela Comissão de Contratação em prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data do protocolo de entrega, que será apostado em cópia da Solicitação de Credenciamento e entregue ao interessado.
- 5.3. A Comissão poderá, durante a análise da documentação, convocar os interessados para prestarem quaisquer esclarecimentos porventura necessários, bem como para complementarem, caso queiram, os documentos apresentados.
- 5.4. Serão considerados habilitados e credenciados os interessados que cumprirem todas as exigências deste Edital, sendo inabilitados e não credenciados aqueles que não cumprirem e não manifestarem interesse em complementar a documentação necessária.

6. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

- 6.1. Os pedidos de esclarecimentos e as impugnações ao presente Edital deverão ser efetuados por escrito, a qualquer tempo, antes da data de encerramento do período de credenciamento, endereçados à Comissão de Contratação, entregues pessoalmente no Departamento de Licitações, situado à Praça dos Três Poderes, 39, Centro, Ubaíra – Ba das 8h00 às 12h00 ou através do endereço de e-mail baseubaira@gmail.com.
- 6.2. Caberá à Comissão de Contratação analisar e decidir sobre a petição de esclarecimento ou impugnação no prazo de 05 (cinco) dias úteis.
- 6.4. As decisões e/ou respostas serão encaminhadas no e-mail informado pelo interessado no momento do pedido de esclarecimento e/ou impugnação.

7. DOS RECURSOS

- 7.1. O interessado não habilitado, nos termos do item 4, poderá interpor recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da comunicação da decisão da Comissão de Contratação via correio eletrônico (informado na Solicitação de Credenciamento) e/ou por publicação do Diário Oficial dos Municípios de Ubaíra.
- 7.2. O recurso deve estar instruído com documentos que comprovem que seu subscritor tem poderes para se manifestar pelo recorrente.
- 7.3. Apresentado o recurso e decorrido o prazo para oposição de contrarrazões, a Comissão de Contratação se manifestará, motivadamente, se o ato impugnado disser respeito a decisões de sua alçada. Caso o recurso diga respeito a ato de responsabilidade de outro servidor, a Comissão lhe remeterá os autos para viabilizar sua manifestação.
- 7.4. O acolhimento do recurso importará na invalidação exclusiva dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 7.5. O recurso não terá efeito suspensivo.

8. DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO

- 8.1. Após a análise documental, a Comissão de Contratação apresentará a relação geral dos credenciados, assim como a complementar sempre que novos interessados se credenciarem.
- 8.2. O processo de análise e o resultado final serão homologados pelo Prefeito Municipal.

- 8.3. Após o deferimento do credenciamento, o interessado será comunicado via correio eletrônico (informado na Solicitação de Credenciamento) e publicação no Diário Oficial do Município, quando então será comunicado a assinar o Termo de Credenciamento, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de cancelamento.
- 8.4. A lista dos interessados habilitados/credenciados, segundo os critérios do edital, será divulgada e mantida atualizada no Diário Oficial do Município.
- 8.5. Os interessados que não forem habilitados/credenciados terão sua documentação disponível para ser retirada por até 15 (quinze) dias da divulgação. Havendo interposição de recurso, esse prazo será contado a partir da data de julgamento definitivo do mesmo.

9. DA FORMALIZAÇÃO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO

- 9.1. Homologado o CREDENCIAMENTO pela autoridade competente, a Prefeitura Municipal de Ubaíra firmará TERMO DE CREDENCIAMENTO com os credenciados, na forma deste Edital e seus Anexos, visando à execução do objeto deste ato convocatório.
- 9.2. Os Credenciados terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, para assinar o TERMO DE CREDENCIAMENTO. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo credenciado durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela Administração.
- 9.3. O prazo de vigência do TERMO DE CREDENCIAMENTO será de **12 (doze) meses**, na forma prevista no art. 105 da Lei Federal nº 14.133/21.
- 9.4. No ato da assinatura do TERMO DE CREDENCIAMENTO, o credenciado deverá apresentar documento de procuração devidamente reconhecido em cartório, que habilite o seu representante a assinar o referido TERMO DE CREDENCIAMENTO em nome da empresa, bem como declaração ou documento similar contendo o número da conta corrente, agência de origem e o CNPJ da credenciada.
- 9.5. As demais disposições estão previstas na minuta do TERMO DE CREDENCIAMENTO.

10. DA CONVOCAÇÃO

- 10.1. Os interessados credenciados serão convocados via e-mail, conforme a necessidade do município de Ubaíra, sendo respeitado rodízio entre os credenciados, observada a classificação dos mesmos.
- 10.2. Somente serão convocados os interessados que estiverem credenciados até a data da convocação, respeitando-se a ordem estabelecida para o rodízio.

11. DOS PREÇOS

- 11.1. Os fornecimentos prestados pelos credenciados serão remunerados de acordo com os valores constantes do Termo de Referência – Anexo I, cuja aceitação deverá ser expressa por meio da Declaração do Anexo III;
- 11.2. O valor fixado para a remuneração de cada item poderá ser reajustado monetariamente por índices oficiais de correção e/ou através de pesquisa mercadológica, quando então será atualizada a Tabela de Valores do Anexo I – Termo de Referência.

12. DAS HIPÓTESES DE DESCRENCIAMENTO

- 12.1. A Prefeitura Municipal de Ubaíra, poderá promover o descredenciamento, a qualquer tempo, por razões devidamente fundamentadas em fatos supervenientes ou conhecidos após o credenciamento, que importem comprometimento da capacidade técnica, fiscal ou da postura profissional do Credenciado, ou ainda que fira o padrão ético ou operacional do trabalho, sem que caiba ao mesmo qualquer direito a indenização, compensação ou reembolso, seja a que título for.
- 12.2. Aqueles que não se apresentarem para a execução da demanda de fornecimento no prazo estabelecido no Termo de Referência (Anexo I), após a emissão da ordem de fornecimento serão descredenciados.
- 12.3. O Credenciado poderá solicitar o seu descredenciamento a qualquer tempo, desde que requerido com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
- 12.4. Na hipótese de descumprimento das obrigações pelo Credenciado, este estará sujeito às sanções previstas no Edital, seus Anexos e na Lei Federal nº 14.133/2021.

- 12.5 Fica assegurado ao Credenciado o direito ao contraditório, sendo avaliadas suas razões pela Comissão de Licitação, que opinará em 05 (cinco) dias úteis e as submeterá ao Secretário Municipal de Administração para tomada de decisão.
- 12.6. Se for conveniente para a Administração Municipal, a Secretaria Municipal de Administração poderá, a qualquer tempo, buscar alternativas por outros modelos de gestão e contratação do fornecimento objeto deste Edital.

13. DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO E DA CREDENCIANTE

As obrigações do Credenciado e Credenciante constam nos itens 10 e 11, respectivamente, do Termo de Referência (Anexo I do Edital).

14. PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

O Credenciado ficará sujeito às penalidades constantes no item 13 Termo de Referência (Anexo I do Edital).

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 15.1. O presente CREDENCIAMENTO não importa necessariamente na execução de qualquer serviço por parte do CREDENCIADO.
- 15.2. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará o imediato DESCREDENCIAMENTO do CREDENCIADO que o tiver apresentado com a rescisão do TERMO DE CREDENCIAMENTO, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 15.3. É facultado à Comissão de Contratação, durante a análise dos documentos habilitatórios, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, relativas aos documentos exigidos e elencados neste Edital.
- 15.4. Os proponentes instados a prestar esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pela Comissão de Contratação, sob pena de DESCREDENCIAMENTO.
- 15.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do credenciado, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.
- 15.6. As decisões referentes a este processo de CREDENCIAMENTO, inclusive o resultado final, poderão ser comunicadas aos credenciados por qualquer meio que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial deste Poder Executivo.
- 15.7. São de responsabilidade exclusiva do credenciado as informações relativas a endereço, telefone e fax, bem como a respectiva modificação no curso do CREDENCIAMENTO ou de sua contratação, dando-se por intimada em caso de eventual tentativa frustrada de comunicação.
- 15.8. A participação neste CREDENCIAMENTO implica em aceitação de todos os termos deste Edital.
- 15.9. A Prefeitura Municipal de Ubaíra não está obrigada a contratar o Credenciado, podendo fazê-lo à proporção do surgimento da demanda, contudo havendo a necessidade de contratação esta deverá obedecer ao sistema de rodízio dos credenciados;
- 15.10. Fica designado o foro da cidade de Ubaíra/BA, para julgamento de quaisquer questões judiciais resultante deste Edital, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.
- 15.11. Fazem parte do presente Edital integrando-o de forma plena:
- I - Anexo 1 – Termo de referência;
 - II - Anexo 2 – Requerimento de Credenciamento;
 - III - Anexo 3 – Declarações diversas;
 - IV - Anexo 4 - Minuta do Termo de Credenciamento;
 - V - Anexo 5 – Mapa de Gerenciamento de Riscos.

Ubaíra-Ba, 26 de maio de 2026.

Aginaldo Oliveira Santos
Secretária Municipal de Administração

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

CRENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CARRO DE SOM VOLANTE E SERVIÇOS DE DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL

1. OBJETO

Constitui objeto do presente Termo de Referência o **credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços de carro de som volante e serviços de divulgação institucional**, para atender às necessidades das Secretarias do Município de Ubaíra/BA, visando à divulgação de campanhas educativas, avisos oficiais, ações institucionais, eventos, programas, comunicados de utilidade pública e demais demandas administrativas de interesse público, conforme condições, especificações e exigências estabelecidas neste instrumento e no respectivo edital.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação fundamenta-se na necessidade permanente e continuada de divulgação de atos, campanhas, comunicados e ações de interesse público promovidos pelas diversas Secretarias Municipais, sendo indispensável a utilização de meios de comunicação de ampla capilaridade local, capazes de alcançar diferentes comunidades urbanas e rurais do Município de Ubaíra/BA.

A prestação de serviços de carro de som volante mostra-se solução adequada para a disseminação rápida, direta e eficiente de informações institucionais, especialmente em localidades com limitado acesso a meios digitais, contribuindo para a efetividade das campanhas educativas, ações preventivas, avisos administrativos, convocações públicas, eventos oficiais e demais matérias de interesse coletivo.

A adoção do **credenciamento** revela-se juridicamente adequada quando a Administração pretende dispor de uma rede de prestadores aptos a executar o objeto em condições padronizadas, sem caráter competitivo excludente entre si, situação compatível com o art. 79 da Lei nº 14.133/2021. Referido dispositivo prevê o credenciamento nas hipóteses de contratação paralela e não excludente, bem como em outros cenários em que a padronização da contratação e a inviabilidade prática de competição recomendem esse procedimento auxiliar.

Nesse contexto, o credenciamento permite à Administração manter cadastro aberto de empresas habilitadas, aptas a serem convocadas conforme a necessidade administrativa, observados critérios objetivos de distribuição da demanda, isonomia, impessoalidade e transparência. Tal sistemática atende ao interesse público, amplia a disponibilidade de atendimento, evita descontinuidade na prestação dos serviços e assegura maior eficiência administrativa. O Decreto nº 11.878/2024, ao regulamentar o art. 79 da Lei nº 14.133/2021 na esfera federal, também reforça que o credenciamento é procedimento auxiliar voltado à contratação de bens e serviços em hipóteses compatíveis com condições padronizadas.

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A Administração Municipal necessita de instrumento contratual apto a viabilizar a divulgação institucional de forma célere, eficiente e descentralizada, de modo a atender às demandas das Secretarias Municipais, especialmente nas áreas de saúde, educação, assistência social, administração, infraestrutura, agricultura, cultura e demais setores da gestão pública.

Tais divulgações compreendem, dentre outras:

- campanhas educativas, informativas e preventivas;
- avisos oficiais e comunicados administrativos;
- divulgação de eventos, programas e projetos governamentais;
- convocações, chamamentos e orientações de utilidade pública;
- ações emergenciais e informativos de interesse coletivo.

Considerando a diversidade territorial do Município, a multiplicidade de demandas e a necessidade de atendimento simultâneo ou alternado por diferentes prestadores, verifica-se ser mais vantajoso o credenciamento de empresas aptas à execução do objeto, em vez da seleção de um único contratado.

4. JUSTIFICATIVA PARA A ADOÇÃO DO CREDENCIAMENTO

A opção pelo credenciamento justifica-se porque:

- a) a Administração pretende manter **pluralidade de prestadores** habilitados, aptos a atender às demandas conforme a necessidade;
- b) os serviços podem ser prestados em **condições padronizadas**, com especificações previamente definidas no edital e neste Termo de Referência;
- c) a contratação é compatível com a lógica de **contratação paralela e não excludente**, nos termos do art. 79 da Lei nº 14.133/2021;
- d) a sistemática assegura maior disponibilidade de atendimento às Secretarias Municipais, inclusive diante de demandas simultâneas ou urgentes;
- e) a manutenção de cadastro de credenciados favorece a continuidade do serviço, sem prejuízo da observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e interesse público.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução consiste no credenciamento de empresas especializadas para prestação, sob demanda, de serviços de carro de som volante e divulgação institucional, mediante emissão de ordem de serviço pela Administração, contemplando a disponibilização de veículo apropriado, equipado com sistema de sonorização, motorista/operador habilitado, combustível, manutenção, operação dos equipamentos, reprodução de conteúdo previamente aprovado pela Administração e circulação nos itinerários definidos pelo órgão solicitante.

A contratação abrangerá também, quando previsto no edital, serviços correlatos de divulgação institucional, desde que compatíveis com o objeto e devidamente especificados em tabela de itens, tais como gravação de chamadas, locução, reprodução de textos oficiais e execução de roteiros previamente aprovados.

A solução deverá ser executada com observância aos princípios da comunicação pública, da finalidade administrativa e da supremacia do interesse público, vedada qualquer utilização para promoção pessoal de agentes públicos, em conformidade com os princípios constitucionais da Administração Pública.

6. ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços compreenderão, no mínimo:

- I. disponibilização de carro de som volante em perfeitas condições de uso e operação;
- II. execução de divulgação sonora em vias urbanas e rurais, conforme roteiros e itinerários definidos pela Administração;
- III. reprodução de textos, chamadas, avisos e comunicados institucionais previamente aprovados;
- IV. disponibilização de motorista e/ou operador devidamente habilitado;
- V. fornecimento de combustível, manutenção, equipamentos, mão de obra e demais insumos necessários à plena execução dos serviços;
- VI. atendimento sob demanda, nos dias, horários e locais definidos pela Administração.

6.1 A solicitação de credenciamento deverá ser preenchida através de anexo pré- estabelecido para aceite dos preços formulados pela Administração Pública Municipal, sendo fixados por um período de 12 (doze) meses.

- **Planilha unificada dos órgãos e entidades participante, com estimativa de consumos totais, para cotação e eventual contratação.**

ITEM	QUANT.	UND	DESCRIÇÃO	VALOR DA HORA	VALOR TOTAL
1	1900	H	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CARRO DE SOM VOLANTE E SERVIÇOS DE DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL	R\$ 110,42	R\$ 209.798,00
VALOR GLOBAL					R\$ 209.798,00

Órgão Gerenciador: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

ÍTEM	QUANT.	UND	DESCRIÇÃO
1	400	HORAS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CARRO DE SOM VOLANTE E SERVIÇOS DE DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL.

SECRETARIA MUNICIPAL SECRET. MUN. DE CULT., ESP., LAZER E TURISMO

ÍTEM	QUANT.	UND	DESCRIÇÃO
1	300	HORAS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CARRO DE SOM VOLANTE E SERVIÇOS DE DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL.

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

ÍTEM	QUANT.	UND	DESCRIÇÃO
1	600	HORAS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CARRO DE SOM VOLANTE E SERVIÇOS DE DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ÍTEM	QUANT.	UND	DESCRIÇÃO
1	300	HORAS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CARRO DE SOM VOLANTE E SERVIÇOS DE DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ÍTEM	QUANT.	UND	DESCRIÇÃO
1	300	HORAS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CARRO DE SOM VOLANTE E SERVIÇOS DE DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL.

6.2. Requisitos mínimos

A empresa credenciada deverá:

- possuir regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira, na forma do edital;
- comprovar aptidão para desempenho de atividade compatível com o objeto;
- dispor de veículo e aparelhagem sonora adequados à execução dos serviços;
- manter condições de execução durante toda a vigência do credenciamento;
- observar as normas de trânsito, posturas municipais, sossego público e demais normas aplicáveis.

7. UNIDADE DE MEDIDA E FORMA DE REMUNERAÇÃO

Os serviços poderão ser remunerados conforme a unidade definida no edital, preferencialmente por:

- **hora de divulgação;**
- **turno;**
- **diária;** ou
- **roteiro/ação específica.**

A Administração deverá definir, na planilha de itens do edital, a unidade de contratação mais adequada, com descrição objetiva do serviço e valor unitário máximo admitido, resultante de pesquisa de preços.

8. CRITÉRIOS DE DISTRIBUIÇÃO DA DEMANDA

A distribuição das demandas entre os credenciados deverá observar critério objetivo, isonômico e previamente previsto no edital, podendo ser adotado, por exemplo:

- rodízio entre os credenciados;
- ordem cronológica de credenciamento;
- divisão por região/localidade;
- disponibilidade imediata de atendimento, desde que objetivamente aferível;
- outro critério impessoal expressamente previsto no instrumento convocatório.

É imprescindível que o edital defina com clareza a sistemática de convocação, a fim de garantir transparência, impessoalidade e igualdade entre os credenciados.

9. PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

Os serviços serão executados de forma parcelada, conforme demanda das Secretarias Municipais, mediante emissão de ordem de serviço, na qual constará, no mínimo:

- a) órgão solicitante;
- b) objeto da divulgação;
- c) texto ou mídia autorizada;
- d) localidade e roteiro;
- e) quantidade estimada de horas, turnos, diárias ou ações;
- f) data e horário da execução.

O prazo para início da execução deverá ser definido no edital e/ou contrato, podendo variar conforme a natureza da demanda, admitindo-se prazo reduzido para situações urgentes de interesse público.

10. VIGÊNCIA

O prazo de vigência do credenciamento e dos contratos dele decorrentes será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, observada a disciplina da Lei nº 14.133/2021 e a natureza continuada ou não do serviço, quando cabível.

11. ESTIMATIVA DE PREÇOS

A estimativa de preços deverá ser elaborada pela Administração mediante pesquisa de mercado, observando-se valores praticados na região, contratações similares, painéis de preços, contratações públicas correlatas e outros meios idôneos de formação do preço de referência.

O edital deverá conter tabela com os itens, unidades, quantitativos estimados e valores unitários máximos admitidos para credenciamento.

12. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município, para o exercício de 2025, e serão:

Unidade: 0902-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL;
Unidade: 0301-SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO;
Unidade: 0701-SECRETARIA MUN. DE CULT., ESP., LAZER E TURISMO;
Unidade: 0501-FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO;
Unidade: 0901-SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL;
Unidade: 0601-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto/atividade:.... 2062 - GESTÃO DAS AÇÕES ADMINIST. DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL; 2063 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS - CRIANÇA FELIZ; 2072 - MANUTENÇÃO DO BLOCO DE GESTÃO DO SUAS - (IGD-SUAS); 2073 - MANUTENÇÃO DO BLOCO DE GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNI; 2088 - GESTÃO DO BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDA; 2006 - GESTÃO DAS AÇÕES ADMINIST. DA SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO; 2041 - GESTÃO DAS AÇÕES ADMINIST. DA SEC. MUN. DE CULT. ESP., LAZER E TURISMO; 2009 - GESTÃO DAS AÇÕES ADMINIST. DA SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO; 2014 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE; 2015 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL – PRÉ-ESCOLA; 2016 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL; 2017 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA); 2084 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL; 2059 - GESTÃO DAS AÇÕES ADMINIST. DA SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL; 2061 - GESTÃO DAS AÇÕES DO CONSELHO TUTELAR; 2025 - GESTÃO DAS AÇÕES ADMINIST. DO FUNDO MUN. DE SAÚDE; 2027 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA; 2028 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE SAÚDE BUCAL; 2029 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DAS UNIDADES DE ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE; 2030 - MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU; 2038 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA; 2039 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

Elemento de despesa 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Fonte: 1.500.0000 - Recursos não Vinculados de Impostos; 1.600.0000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde; 1.661.0000 - Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social; 1.501.0000 - Outros Recursos não Vinculados; 1.500.1001 - Recurso não Vinculado de Imposto destinado a Despesa com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino; 1.542.0000 - Transferências do FUNDEB – Complementação da União - VAAT; 1.543.0000 - Transferências do FUNDEB – Complementação da União – VAAR; 1.550.0000 - Transferência do Salário-Educação; 1.500.1002 - Recurso não Vinculado de Imposto destinado a Despesa com Ações e Serviços Públicos de Saúde; 1.621.0000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual; 1.753.0000 - Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos

17.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado após a efetiva prestação dos serviços e atesto do fiscal do contrato, mediante apresentação de nota fiscal e documentos de regularidade exigidos na legislação e no edital, no prazo estabelecido pela Administração.

A liquidação da despesa ficará condicionada à comprovação da execução do serviço, por meio de relatório, ordem de serviço atendida, registro do roteiro executado, ou outro instrumento de controle definido pela fiscalização.

14. FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por servidor formalmente designado pela Administração,

a quem competirá verificar:

- a) a conformidade da execução com a ordem de serviço;
- b) o cumprimento dos roteiros, horários e locais definidos;
- c) a qualidade da sonorização e da divulgação;
- d) o cumprimento das obrigações contratuais;
- e) a regularidade documental necessária ao pagamento.

A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da credenciada pela execução dos serviços.

15. OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA

Constituem obrigações da credenciada, dentre outras:

- I. executar os serviços em conformidade com as ordens de serviço emitidas;
- II. disponibilizar veículo, equipamentos, operador e demais recursos necessários;
- III. arcar com todos os custos diretos e indiretos, inclusive combustível, manutenção, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e securitários;
- IV. zelar pela qualidade, regularidade e pontualidade dos serviços;
- V. manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- VI. não veicular conteúdo sem prévia autorização da Administração;
- VII. observar a legislação aplicável e abster-se de qualquer conteúdo que configure promoção pessoal de autoridades ou agentes públicos.

16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Compete à Contratante:

- I. emitir as ordens de serviço com informações claras e suficientes;
- II. disponibilizar previamente o conteúdo a ser divulgado;
- III. acompanhar e fiscalizar a execução;
- IV. efetuar o pagamento nas condições pactuadas;
- V. aplicar, quando cabíveis, as medidas administrativas e sancionatórias previstas em lei e no contrato.

17. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O descumprimento das obrigações assumidas sujeitará a credenciada às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, no edital e no instrumento contratual, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Poderá haver, inclusive, descredenciamento, suspensão da convocação e demais medidas cabíveis, conforme previsão editalícia e contratual.

18. CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO

Os critérios de habilitação deverão observar a Lei nº 14.133/2021 e abranger, no mínimo, conforme o caso:

- habilitação jurídica;
- regularidade fiscal, social e trabalhista;
- qualificação técnica;
- qualificação econômico-financeira;
- declarações exigidas em lei e no edital.

Para qualificação técnica, poderá ser exigida comprovação de aptidão para execução de serviços compatíveis com o objeto, mediante atestado(s) de capacidade técnica, sem exigências desarrazoadas ou restritivas da competitividade.

18.1. Habilitação Jurídica:

18.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

18.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

18.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI,

cujas aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site www.portaldoempreendedor.gov.br;

18.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

18.1.5. Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: decreto de autorização para funcionamento no Brasil;

18.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

18.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz;

18.1.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

18.2. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:

18.2.1. prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

18.2.2. prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

18.2.3. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

18.2.4. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

18.2.5. declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

18.2.6. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

18.2.7. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

18.2.7.1. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

18.2.8. prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

18.2.8.1. caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na formata respectiva legislação de regência;

18.2.9. prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

18.2.9.1. caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na formata respectiva legislação de regência;

18.3. Da Qualificação Técnica:

a) Comprovação de aptidão de desempenho técnico, através de atestados ou certidões fornecidas por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante forneceu ou está fornecendo, de maneira satisfatória e a contento, os materiais de natureza e vulto similares ao objeto da presente licitação. O(s) atestado(s) deve(m) ser emitido(s) em papel timbrado do órgão/empresa de origem, com assinatura e identificação

do responsável, contendo no mínimo as seguintes informações:

- Nome, CNPJ e endereço completo do emitente;
- Descrição do produto fornecido ou serviço prestado;
- Nome da empresa que prestou(s) o(s) serviço (s) ou fornecimento;
- Data de emissão;
- Assinatura e identificação do signatário (nome e cargo ou função que exerce junto à emitente).

a.1) Os atestados poderão ser diligenciados de acordo com o inciso I do art. 64, da Lei Federal nº 14.133/21.

b) Licença, Alvará ou equivalente, expedida pelo órgão de competência Estadual ou Municipal da licitante para exercer a atividade de prestação dos serviços de borracharia, em plena vigência;

18.4. Habilitação econômico-financeira:

a) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data de expedição ou revalidação dos últimos 30 (trinta) dias anteriores à data da realização da licitação, caso o documento não consigne prazo de validade.

a.1) Na hipótese em que a certidão encaminhada for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.

b) Certidão negativa de insolvência judicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data de expedição ou revalidação dos últimos 30 (trinta) dias anteriores à data da realização da licitação, caso o documento não consigne prazo de validade. Apenas para pessoa física.

19. POSSIBILIDADE DE DESCRENCIAMENTO

Poderá ocorrer o descredenciamento nas hipóteses de:

- a) descumprimento das condições do edital, contrato ou deste Termo de Referência;
- b) perda das condições de habilitação;
- c) recusa injustificada em atender demanda, quando regularmente convocada;
- d) execução deficiente ou irregular dos serviços;
- e) sanção administrativa que impeça a contratação com a Administração;
- f) pedido formal da própria credenciada, observadas as condições editalícias.

20. RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a presente contratação, pretende-se:

- assegurar ampla divulgação das ações e campanhas institucionais;
- ampliar o alcance da comunicação pública no território municipal;
- garantir maior eficiência na transmissão de avisos e comunicados de utilidade pública;
- promover atendimento tempestivo às demandas das Secretarias Municipais;
- manter rede de prestadores aptos a atender às necessidades administrativas de forma contínua e padronizada.

21. DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente Termo de Referência subsidiará a elaboração do edital de credenciamento e dos instrumentos contratuais dele decorrentes, devendo ser complementado com:

- planilha de itens, quantitativos e preços unitários;
- minuta do edital;
- minuta contratual ou instrumento equivalente;
- indicação da dotação orçamentária;
- definição objetiva da forma de distribuição da demanda entre os credenciados.

22 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. As condições gerais de prestação dos serviços são válidas e aplicáveis logo após a assinatura do CONTRATO.
- 1.2. Todos os serviços devem estar em conformidade com as normas técnicas e regulamentações pertinentes, assegurando a segurança, qualidade e durabilidade dos procedimentos realizados.
- 1.3. A Contratada deve dispor de equipamentos modernos e tecnologicamente avançados para a realização dos serviços de borracharia, visando a eficiência operacional e a precisão nos procedimentos.
- 1.4. Os serviços serão prestados em perfeita obediência às normas e especificações fixadas pelo Município, de acordo com a legislação vigente.
- 1.5. Sem prejuízo das obrigações específicas previstas neste Termo, a CONTRATADA deverá:
 - a) Manter a ordem e a regularidade dos serviços;
 - b) Manter o atendimento ao público 24 horas por dia.
- 1.6. A CONTRATADA executará suas atividades sob a fiscalização e organização da Secretaria Municipal de Administração localizada sede da Prefeitura, Praça dos Três Poderes, centro, Ubaíra/Ba.

23 DO CONTRATO

- 23.1 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da sua assinatura, prorrogável na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 23.2 O regime de execução será o de empreitada por preço unitário.
- 23.3 Não será permitido a subcontratação do objeto.
- 23.4 Os preços contratados não poderão sofrer reajustes durante o período de 12 (doze) meses. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

24 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 24.1 Em observância ao que estabelece o Art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021, o Decreto Municipal nº XX/XXXX e a Instrução Normativa nº 65/2021-SLTI/MPOG, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, informamos que essa Secretaria priorizou a ordem dos parâmetros para pesquisa de mercado, conforme legislação vigente.
- 24.2 Dessa forma, a obtenção do preço estimado deu-se com base na média dos valores obtidos na pesquisa de preços, conforme memória de cálculo em anexo.

ANEXO II REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO		ANEXO II
PROMONENTE	() Pessoa Física	CPF	
	() Pessoa Jurídica	CNPJ	
RAZÃO SOCIAL (PJ) OU NOME SE PESSOA FÍSICA (PF)			
NOME FANTASIA (PJ)			
ENDEREÇO			
COMPLEMENTO		CEP	
BAIRRO		CIDADE	
TELEFONE			
E-MAIL			
CREDENCIAMENTO PARA SERVIÇOS DE BORRACHARIA			
O REQUERENTE deverá informar a(s) Especificação:			
<p>Excelentíssimo(a) Senhor(a) Presidente da Comissão de Contratação do Município de Ubaíra/BA como proponente acima identificado requero através do presente documento CREDENCIAMENTO para serviços de XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, declarando sob as penas da lei que:</p> <p>a) As informações prestadas neste pedido de credenciamento são verdadeiras;</p> <p>b) Qualquer fato superveniente impeditivo de credenciamento ou de contratação será informado;</p> <p>c) Conhece os termos do Edital de Credenciamento bem como as informações e condições para o cumprimento das obrigações objeto do credenciamento com as quais concorda;</p> <p>d) Está de acordo com as normas e tabelas de valores definidos;</p> <p>e) Não se encontra suspenso nem declarado inidôneo para participar de licitações ou contratar com órgão ou entidades da Administração Pública;</p> <p>f) Não se enquadra nas situações de impedimentos previstos no Edital do Credenciamento;</p> <p>g) Não há qualquer fato superveniente impeditivo do credenciamento;</p> <p>h) Apresentará anexo ao presente requerimento toda a documentação exigida no Edital do Credenciamento devidamente assinada e rubricada para efetivar a inscrição, pedindo deferimento.</p>			
Local /Data		Recebido por:	
ASSINATURA DO REQUERENTE		Data	Hora

ANEXO III –DECLARAÇÕES DIVERSAS

:: PROCESSO ADMINISTRATIVO ::
SMA 020/2026 - SMC 019/2026 - SME Nº 049/2026 - SMS Nº 021/2026
SMDS Nº024/2026 - SMDS Nº021/2026

INEXIGIBILIDADE Nº 036/2026 - CRED 005

OBJETO: Credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços de carro de som volante e serviços de divulgação institucional, para atender às necessidades das Secretarias Municipais do Município de Ubaíra/BA, visando à divulgação de campanhas educativas, avisos oficiais, ações institucionais, eventos, programas, comunicados de utilidade pública e demais demandas administrativas de interesse público, conforme condições, especificações e exigências estabelecidas neste instrumento e no respectivo edital.

Pelo presente, declaro:

- 1)** QUE não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal e art. 68, VI, da Lei Federal 14.133/2021;
- 2)** QUE até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação/credenciamento, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 3)** QUE recebeu todos os documentos e informações, sendo orientado acerca de todas as regras, direitos e obrigações previstas no Edital de Credenciamento nº 005/2026, acatando- as em sua totalidade;
- 4)** QUE tem conhecimento dos serviços para os quais solicita credenciamento e que os fornecerá de forma satisfatória;
- 5)** QUE tem conhecimento das formas de seleção e convocação para a prestação dos serviços, bem como das formas e condições de pagamento;
- 6)** QUE concorda e aceita em prestar os serviços para os quais se credencia pelos preços estipulados na Tabela de Valores prevista no Anexo I – Termo de Referência;
- 7)** QUE dispõe ou disporá, quando da convocação, de EPIs - Equipamento de Proteção Individual, demais equipamentos e materiais apropriados para o a prestação dos serviços e que os manterá em condições adequadas de uso, respeitando as normas e regulamentos aplicáveis;

Local de _____ de 2025.

PROPONENTE INTERESSADO CPF ASSINATURA

ANEXO IV
MINUTA DO TERMO DE CREDENCIAMENTO/CONTRATO.
INEXIGIBILIDADE Nº 036/2026 - CRED 005

O **MUNICÍPIO O MUNICIPIO DE UBAÍRA – ESTADO DA BAHIA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 13.910.690/0001-68, com sede administrativa na Praça dos Três Poderes, 39, Centro, Ubaíra – Ba, por seu Prefeito UILDBERGER ALVES RABELO, brasileiro, maior, agente político, portador da Cédula de Identidade nº XXXXXXXX e CPF nº XXXXXXXX, residente e domiciliado neste Município de Ubaíra, doravante denominado **CRENCIANTE**, e, de outro lado, a empresa xxxxxxxxxxxx, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº xxxxxxxxxxxx, com sede à Rua xxxx, nº xxxxx, Bairro xxxx, Cidade, CEP xxxx OU a pessoa física xxxxxxxxxxxx, portadora do R.g XXXXXXXX e CPF sob o nº xxxxxxxxxxxx, residente e domiciliado à Rua xxxx, nº xxxxx, Bairro xxxx, Cidade, CEP xxxx, doravante denominado de **CRENCIADO**, neste ato representada por xxxxxxxx, nacionalidade, profissão, portador da CI/RG nº xxxx SSP/xxxx, inscrito no CPF/MF sob o nº xxxx, acordam proceder ao presente contrato, nos termos da Inexigibilidade de Licitação nº xxx/2025, Edital de Credenciamento nº xxx/2025, atendendo as condições previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, e mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Pelo presente instrumento, credencia-se á prestação de serviço, o Credenciado, para Credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços de carro de som volante e serviços de divulgação institucional, para atender às necessidades das Secretarias Municipais do Município de Ubaíra/BA, visando à divulgação de campanhas educativas, avisos oficiais, ações institucionais, eventos, programas, comunicados de utilidade pública e demais demandas administrativas de interesse público, conforme condições, especificações e exigências estabelecidas neste instrumento e no respectivo edital, de acordo com as especificações e detalhamentos, transcritos abaixo.

- 1.2.** Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
- 1.2.1.** DFD;
- 1.2.2.** Termo de Referência;
- 1.2.3.** Requerimento de Credenciamento;
- 1.2.4.** Documentação de Habilitação do contratado;

ÍTEM	QUANT.	UND	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	XXX	XX.	XXXXXXXXXXXXXXXXXX	R\$ XXXX	R\$ XXXXXX
VALOR GLOBAL				R\$ XXXXXXXX	

- 1.2.5.** Eventuais anexos dos documentos supracitados.
- 1.3.** Os documentos referidos no item anterior são considerados suficientes para, em complemento a este contrato, definirem a sua extensão e, dessa forma, regerem a execução adequada do contrato ora celebrado.

Parágrafo Primeiro: A contratada ficará obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, alterações quantitativas como as qualitativas no serviço do presente Credenciamento, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme Lei Federal nº 14.133/2021, em seu art. 125.

Parágrafo Segundo: O presente contrato poderá ser alterado nas hipóteses e condições previstas nos arts. 124 a 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Terceiro: A CONTRATADA não poderá transferir o serviço de que trata o presente contrato, nem tampouco, transferir ou caucionar os direitos ou garantias deste contrato, no todo ou em parte.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

2.1. O presente termo tem como regime de execução a empreitada por preços unitários, nos termos do Edital de regência.

a) Execução do Objeto - Os serviços compreenderão, no mínimo:

- I. disponibilização de carro de som volante em perfeitas condições de uso e operação;
- II. execução de divulgação sonora em vias urbanas e rurais, conforme roteiros e itinerários definidos pela Administração;
- III. reprodução de textos, chamadas, avisos e comunicados institucionais previamente aprovados;
- IV. disponibilização de motorista e/ou operador devidamente habilitado;
- V. fornecimento de combustível, manutenção, equipamentos, mão de obra e demais insumos necessários à plena execução dos serviços;
- VI. atendimento sob demanda, nos dias, horários e locais definidos pela Administração.

Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades para o bom desempenho dos serviços.

Os vales recebidos pela CONTRATADA serão encaminhados à Secretaria de Administração, até o último dia de cada mês, ou no primeiro dia útil subsequente, quando se tratar de finais de semana ou feriados.

b) Condições de Disponibilidade e Pronta Resposta:

- **Atendimento sob Demanda:** O fornecedor deverá estar à disposição 24 horas por dia, assegurando que o serviço esteja disponível sempre que solicitado, em regime de pronta resposta.
- **Cumprimento Integral:** Cada demanda de execução de serviço deverá ser cumprida na sua totalidade, garantindo o atendimento completo e imediato às necessidades das secretarias, atinentes à frota do Município de Ubaíra-Ba.

c) Requisitos para Pagamento:

- **Pagamento por Unidade de Serviço Prestado:** A remuneração será realizada conforme o valor global para cada unidade de serviço, com pagamento feito por demanda atendida, mediante a comprovação da execução por meio de documentação específica.

d) Acompanhamento e Fiscalização:

- A Secretaria Municipal de Administração designará uma equipe responsável para o acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços prestados. Essa equipe verificará:
 - A qualidade dos materiais utilizados e dos serviços prestados.
 - O cumprimento dos prazos e condições de realização dos serviços, conforme as normas de segurança e determinações editalícias e contratuais estabelecidas.
 - A documentação comprobatória para fins de liberação do pagamento.

e) Ajustes de Quantidade e Flexibilidade de Demanda:

- O credenciamento permite à administração flexibilidade no ajuste do volume dos serviços prestados, conforme a demanda, garantindo o atendimento contínuo e adequado das necessidades e para a satisfação das atividades e serviços essenciais ao Município de Ubaíra-Ba.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas para o pagamento deste contrato correrão por conta dos recursos da Dotação

Orçamentária a seguir especificada:

Unidade: 0902-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL; 0301-SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO; 0701-SECRETARIA MUN. DE CULT., ESP., LAZER E TURISMO; 0501-FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO; 0901-SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL; 0601-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto/atividade: 2062 - GESTÃO DAS AÇÕES ADMINIST. DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL; 2063 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS - CRIANÇA FELIZ; 2072 - MANUTENÇÃO DO BLOCO DE GESTÃO DO SUAS - (IGD-SUAS); 2073 - MANUTENÇÃO DO BLOCO

DE GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNI; 2088 - GESTÃO DO BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDA; 2006 - GESTÃO DAS AÇÕES ADMINIST. DA SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO; 2041 - GESTÃO DAS AÇÕES ADMINIST. DA SEC. MUN. DE CULT. ESP., LAZER E TURISMO; 2009 - GESTÃO DAS AÇÕES ADMINIST. DA SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO; 2014 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE; 2015 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ-ESCOLA; 2016 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL; 2017 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA); 2084 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL; 2059 - GESTÃO DAS AÇÕES ADMINIST. DA SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL; 2061 - GESTÃO DAS AÇÕES DO CONSELHO TUTELAR; 2025 - GESTÃO DAS AÇÕES ADMINIST. DO FUNDO MUN. DE SAÚDE; 2027 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA; 2028 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE SAÚDE BUCAL; 2029 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DAS UNIDADES DE ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE; 2030 - MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU; 2038 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA; 2039 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

Elemento de despesa 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Fonte: 1.500.0000 - Recursos não Vinculados de Impostos; 1.600.0000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde; 1.661.0000 - Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social; 1.501.0000 - Outros Recursos não Vinculados; 1.500.1001 - Recurso não Vinculado de Imposto destinado a Despesa com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino; 1.542.0000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT; 1.543.0000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR; 1.550.0000 - Transferência do Salário-Educação; 1.500.1002 - Recurso não Vinculado de Imposto destinado a Despesa com Ações e Serviços Públicos de Saúde; 1.621.0000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual; 1.753.0000 - Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1. O prazo de vigência deste contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado, nos termos do Art. 106 da lei federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUINTA - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Recebimento

- 5.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 5.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 5.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 5.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.
- 5.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 5.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

- 5.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou
- 5.8. de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 5.9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- 5.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º [da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).
- 5.10.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 5.11. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
 - 5.11.1. o prazo de validade;
 - 5.11.2. a data da emissão;
 - 5.11.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 5.11.4. o período respectivo de execução do contrato;
 - 5.11.5. o valor a pagar; e
 - 5.11.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 5.12. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 5.13. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 5.14. A Administração deverá realizar consulta para:
 - a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
 - b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).
- 5.15. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 5.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 5.17. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 5.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

Prazo de pagamento

- 5.19. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).
- 5.20. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

- 5.21. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 5.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 5.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 5.23.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver,
- 5.23.2. serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.24. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA SEXTA – DA REVISÃO E REAJUSTAMENTO

O preço pelo qual será contratado o objeto da presente licitação não será reajustado, conforme Leis nº 8.880/94 e 9.069/95, exceto quando ocorrer prorrogação contratual por prazo superior a 12 (doze) meses, quando poderá ser promovido reajuste do valor contratual mediante requerimento da parte interessada, tomando-se por base o índice do INPC.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA

Além das obrigações descritas no Termo de Referência e no Edital de Credenciamento, são ainda obrigações da credenciada:

- a) Cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- b) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento;
- c) Responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhista e previdenciária, decorrentes de eventuais demandas judiciais relativas a recursos humanos utilizados na execução do objeto, bem como por todos os ônus tributários ou extraordinários que incidam sobre o presente Instrumento.
- d) Manter, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e de qualificação exigidas para a presente contratação.
- e) Responder por danos causados ao contratante ou a terceiros, decorrentes da qualidade dos produtos recarregados, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade da fiscalização ou do acompanhamento realizado pela Prefeitura;
- f) Arcar com despesas decorrentes de qualquer infração, independentemente da sua natureza, desde que praticada por seus empregados, durante a execução do objeto;
- g) Acatar as orientações do contratante, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo, de pronto, as reclamações formuladas;
- h) Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando forem vítimas os seus empregados na execução do objeto ou em conexão com estes.
- i) Prestar os serviços em perfeitas condições, no prazo e local, indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações do serviço prestado.

- j) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- k) Este dever implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, as suas expensas, no prazo máximo fixado no Termo de Referência, o produto com avarias ou defeitos;
- l) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto do presente Termo de Referência;
- m) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Credenciamento;
- n) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;
- o) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- p) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;
- q) A partir da assinatura do CONTRATO, observar e respeitar toda a legislação relativa à prestação dos serviços de borracharia.
- r) Para encaminhamento e solução de casos de rotina decorrentes do presente contrato, a Municipalidade far-se-á representar pela Secretária Municipal de Administração

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CREDENCIANTE

Além das obrigações descritas no Termo de Referência e no Edital de Credenciamento, são ainda obrigações da contratante:

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- b) Prestar à CONTRATADA, em tempo hábil, as informações eventualmente necessárias
- c) à realização do serviço;
- d) Fornecer e colocar à disposição da contratada todos os elementos e informações que se fizerem necessárias à realização do serviço;
- e) Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
- f) Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao serviço, no prazo e forma estabelecida;
- g) Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa prestar os serviços dentro das normas e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- h) Emitir a Ordem de Fornecimento conforme sua necessidade, respeitando o sistema de rodízio de acordo com sua categoria;
- i) Aplicar, as penalidades e sanções previstas.

CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

Conforme determinação do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, o presente contrato será acompanhado e fiscalizado pelo servidor devidamente nomeado através de portaria publicado no Diário Oficial do Município

Parágrafo Primeiro: O representante da Secretaria Municipal de Administração anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dessa avença, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

Parágrafo Segundo: As decisões e providências que ultrapassarem a sua competência deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para adoção de medidas cabíveis para a devida solução.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas
- d) descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

Multa:

- 1. Moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- i. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- 2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 5% a 10% do valor do Contrato.
- 3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 10% a 15% do valor do Contrato.
- 4. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 15% a 20% do valor do Contrato.
- 5. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 10% a 15% do valor do Contrato.
- 6. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 20% a 30% do valor do Contrato.

10.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade

para licitar ou contratar.

10.5. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.6. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

10.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

10.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

A CONTRATANTE se reserva o direito de rescindir o presente Contrato consensualmente ou unilateralmente, antes do prazo previsto, por inadimplemento contratual ou para atender ao interesse público, tudo nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Único: O CONTRATADO (a) pode igualmente rescindir o contrato nas hipóteses em que o Poder Público der causa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 132 da Lei Federal nº 14.133/2021, vedada a modificação do objeto, conforme artigo 126 do mesmo diploma legal.

Parágrafo Único: A alteração de valor contratual, decorrente do reajuste de preço, compensação ou penalização financeira, prevista no Contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias, suplementares, até o limite do respectivo valor, dispensa a celebração de aditamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS PADRÕES DE QUALIDADE

Quaisquer execução de serviços que não atendam os padrões de qualidade serão recusados, não sendo, inclusive, objeto de faturamento enquanto perdurarem os motivos determinantes da recusa, sujeitando-se ainda à CONTRATADA à aplicação de sanções administrativas, correspondentes aos atrasos no cronograma de execução não justificados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente ajuste vincula-se ao instrumento convocatório pertinente em todos os seus termos e à proposta do contratante, sendo os casos omissos resolvidos de acordo com a legislação aplicável à espécie.

Parágrafo Primeiro: A CONTRATADA fica obrigada a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.

Parágrafo Segundo: O presente Contrato não poderá ser objeto de subcontratação, cessão ou transferência, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

As partes elegem o Foro da cidade de Ubaíra/BA, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

E, para firmeza e como prova de assim haverem entre si, ajustado e contratado, foi lavrado o presente instrumento contratual em 03 (três) vias, de igual teor e forma vai assinado pelas partes contratantes, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Ubaíra-BA, ** de ***** de 2025.

UILDBERGER ALVES RABELO
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

#NOME_EMPRESA CNPJ Nº #NUM_CNPJ CONTRATADA

ANEXO V
MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS FASE DA ANÁLISE
PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR

1. DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O gerenciamento de riscos permite ações contínuas de planejamento, organização e controle dos recursos relacionados aos riscos que possam comprometer o sucesso da contratação, da execução do objeto e da gestão contratual.

O Mapa de Gerenciamento de Riscos deve conter a identificação e a análise dos principais riscos, consistindo na compreensão da natureza e determinação do nível de risco, que corresponde à combinação do impacto e de suas probabilidades que possam comprometer a efetividade da contratação, bem como o alcance dos resultados pretendidos com a solução.

Para cada risco identificado, define-se: a probabilidade de ocorrência dos eventos, os possíveis danos potenciais, as possíveis ações preventivas e contingências, bem como a identificação de responsáveis por ação. Após a identificação e classificação, deve-se executar uma análise qualitativa e quantitativa.

2. DA DEFINIÇÃO DOS IMPACTOS

A análise qualitativa dos riscos é realizada por meio da classificação escala da probabilidade e do impacto, conforme a tabela de referência a seguir.

- **Baixo:** Danos que não comprometem o processo/serviço. Devem ser catalogados nos relatórios pós-contratuais com vistas a novo planejamento.
- **Médio:** Danos que comprometem parcialmente o processo/serviço, atrasando-o ou interferindo em sua qualidade.
- **Alto:** Danos que comprometem a essência do processo/serviço, impedindo-o de seguir seu curso.

A análise quantitativa dos riscos consiste na classificação conforme a relação entre a probabilidade e o impacto, tal classificação resultará no nível do risco e direcionará as ações relacionadas aos riscos durante a fase de planejamento e gestão do contrato.

O produto da probabilidade pelo impacto de cada risco deve se enquadrar em uma região da matriz probabilidade x impacto.

Caso o risco enquadre-se como baixo, admite-se a aceitação ou adoção das medidas preventivas. Se o risco enquadrar-se como médio e alto, serão adotadas as medidas preventivas.

3. DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Chamamento Público com vistas ao Credenciamento de **pessoas jurídicas para Credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços de carro de som volante e serviços de divulgação institucional, para atender às necessidades das Secretarias Municipais do Município de Ubaíra/BA, visando à divulgação de campanhas educativas, avisos oficiais, ações institucionais, eventos, programas, comunicados de utilidade pública e demais demandas administrativas de interesse público, conforme condições, especificações e exigências estabelecidas neste instrumento e no respectivo edital**, visando atender as necessidades das diversas Secretarias do Município de Ubaíra/BA.

4. RISCOS RELACIONADOS AO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO

RISCO 1: Evento(s) que levem ao desequilíbrio econômico-financeiro do contrato e terminem por implicar solução de continuidade na prestação dos serviços.

a) Probabilidade:

Baixo Médio Alto

b) Impacto:

Baixo Médio Alto

c) Dano:

Baixo Médio Alto

Estratégia para eliminar ou minimizar a ocorrência do risco, Ação: Contínua e apurada fiscalização na verificação da execução dos serviços, afim de assegurar o cumprimento de todas as obrigações contratuais.

Responsável: Secretária de Administração e Fiscal de Contratos.

RISCO 2: Restrição orçamentária decorrentes de cortes significativos na Lei Orçamentária que impeça ou prejudique a contratação.

a) Probabilidade:

Baixo Médio Alto

b) Impacto:

Baixo Médio Alto

c) Dano:

Baixo Médio Alto

Estratégia para eliminar ou minimizar a ocorrência do risco, Ação: Remanejamento de dotações de despesas menos críticas.

Responsável: Equipe de Finanças.

RISCO 3: Inclusão no Termo de Referência de exigências que não podem ser atendidas pelo futuro fornecedor.

a) Probabilidade:

Baixo Médio Alto

b) Impacto:

Baixo Médio Alto

c) Dano:

Baixo Médio Alto

Estratégia para eliminar ou minimizar a ocorrência do risco, Ação: Análise de contratações vigentes no mercado.

Responsável: Equipe de planejamento da contratação

RISCO 4: Não inclusão no Termo de Referência de obrigações essenciais á prestação dos serviços.

a) Probabilidade:

Baixo Médio Alto

b) Impacto:

Baixo Médio Alto

c) Dano:

Baixo Médio Alto

Estratégia para eliminar ou minimizar a ocorrência do risco, Ação: Análise de contratações vigentes no mercado.

Responsável: Equipe de planejamento da contratação

FASE DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

RISCO 5: Fracasso na Licitação:

a) Probabilidade:

Baixo Médio Alto

b) Impacto:

Baixo Médio Alto

c) Dano:

Baixo Médio Alto

Estratégia para eliminar ou minimizar a ocorrência do risco, Ação: Termo de referência elaborado com esmero, refletindo o que existe no mercado; ampla pesquisa de preço para obter um preço de referência que possa ser atendido pelo mercado; ampla divulgação da licitação.

Responsável: Equipe de Planejamento da Contratação; Equipe responsável pela pesquisa de preços; Equipe responsável pela publicação dos editais.

RISCO 6: Recusa da licitante vencedora em assinar o contrato/inadimplemento total da obrigação.

a) Probabilidade:

Baixo Médio Alto

b) Impacto:

Baixo Médio Alto

c) Dano:

Baixo Médio Alto

Estratégia para eliminar ou minimizar a ocorrência do risco, Ação: Termo de referência elaborado com esmero, refletindo o que existe no mercado; ampla pesquisa de preço para obter um preço de referência que possa ser atendido pelo mercado; Convocação das demais licitantes classificadas, na ordem de classificação, para assinatura do contrato.

Responsável: Equipe de Planejamento da Contratação; Equipe responsável pela pesquisa de preços; Equipe responsável pela publicação dos editais.

FASE DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

RISCO 7: Atraso na execução dos serviços causando transtornos à regularidade das atividades da Secretaria Municipal de Administração de Ubaíra/BA.

a) Probabilidade:

Baixo Médio Alto

b) Impacto:

Baixo Médio Alto

c) Dano:

Baixo Médio Alto

Estratégia para eliminar ou minimizar a ocorrência do risco, Ação: Conclusão, com antecedência necessária, dos procedimentos de assinatura do contrato e demais providências afeitas à sua formalização e publicidade; Reunião de alinhamento com a contratada para acertar os principais pontos da execução dos serviços, para esclarecimentos etc;

Responsável: Equipe de planejamento da contratação, Setor de Contratos e fiscalização do contrato.

Ubaíra-Ba, 26 de maio de 2026.

Agnaldo Oliveira Santos
Secretária Municipal de Administração